

Sessão Solene dos  
**190 anos**  
do Parlamento Brasileiro

Mais informações:  
[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)

Dia 7 de maio, terça-feira, às 11 horas  
Plenário do Senado Federal

SENADO FEDERAL CÂMARA DOS DEPUTADOS



# JORNAL DO SENADO

[www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal) Ano XIX — Nº 3.864 — Brasília, segunda-feira, 6 de maio de 2013

## Reforma transfere peso do ICMS para destino de mercadorias

Com a proposta que deve ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos amanhã, o peso do ICMS é passado para o destino dos produtos. A redução das alíquotas interestaduais dos atuais 7% e 12% para 4%, que atinge mais de 90% das transações, não deve afetar o consumidor final

O presidente da CAE, Lindbergh Farias, disse acreditar que, por entendimento político, será

possível diminuir o número de destaques apresentados pelos senadores ao PRS 1/2013. Os 14 destaques devem ser analisados

amanhã na comissão. O texto básico da proposta foi aprovado pela CAE em 24 de abril. A forma como se dará o mecanismo de

compensação financeira aos estados está em aberto e Lindbergh anunciou que será feita uma série de reuniões sobre o assunto. **3**

O presidente Renan Calheiros encaminhou ao ministro do STF Gilmar Mendes texto da Advocacia do Senado



José Cruz/Agência Senado

### Senado envia ao STF dados sobre projeto que limita novos partidos

O Senado enviou ao STF informações para instrução de mandado de segurança impetrado por

Rodrigo Rollemberg contra tramitação de proposta que impõe restrições a novos partidos. **2**

### Especialistas debatem logística de petróleo e gás **4**

### Comissões discutem seca e dívidas dos agricultores **3**

### Três relatórios sobre MPs serão votados amanhã **3**



Exploração de petróleo na Bacia de Santos: senadores Cristovam Buaque e Aloysio Nunes avaliam que recursos destinados à educação serão insuficientes

Agência Petróbás

# Senado informa STF sobre projeto que limita partidos

Expectativa é de que o mérito de mandado contra proposta com restrição a novas siglas possa ser julgado em 2 semanas

O SENADO ENVIOU ao Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira, informações para a instrução do mandado de segurança impetrado pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) contra a votação do projeto que impõe restrições a novos partidos (PLC 14/2013). A expectativa é de que, cumprida a etapa, que inclui a manifestação da Procuradoria-Geral da República, o mérito da ação possa ser julgado pelo Plenário do STF em até duas semanas. A tramitação do projeto encontra-se suspensa por decisão liminar do ministro Gilmar Mendes.

No texto (<http://bit.ly/oficio217>), os advogados do Senado afirmam que o Supremo, ao suspender a tramitação de um projeto, inibe o que são meras intenções, já que o texto ainda poderia ser modificado durante a discussão. Segundo a Advocacia do Senado, a suspensão parece não levar em



Presidente do Senado, Renan enviou texto elaborado pela Advocacia da Casa

conta o papel do Senado de Casa Revisora, definido pela Constituição.

“Eventual limitação do presente debate sob o pretexto de defender a Constituição, na verdade, a está ofendendo, pois priva o Congresso de legitimamente analisar, com a participação da sociedade, a organização dos partidos políticos em nosso país, revelando, ainda, que as competências, a pauta e as atribuições do Poder Legislativo estão condicionadas ao prévio aval do Supremo Tribunal Federal”, diz o documento enviado ao STF.

O PLC 14/2013 restringe o acesso de novos partidos ao Fundo Partidário e ao tempo

de rádio e TV. Gilmar Mendes, ao conceder a liminar requerida por Rollemberg, mencionou, entre outros fundamentos, aparente casuismo na proposta, em prejuízo das minorias políticas.

Os advogados do Senado também voltaram a apresentar argumentos já constantes de agravo regimental interposto pela Casa contra a decisão liminar. Para os advogados, o pedido de Rollemberg não poderia ter sido feito por meio de um mandado de segurança. Além disso, não haveria violação da Constituição no simples exame da matéria, cabendo ao Legislativo tomar a decisão política de sua competência.

## Cristovam: Brasil precisa acordar e resolver crises

A crise econômica e a tensão entre os Poderes da República pode gerar uma crise na democracia, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador disse estar preocupado com a “letargia” observada no Brasil. Na avaliação de Cristovam, a



Pedro Fraga/Agência Senado

prestação de assistência social por meio de programas do Executivo como o Bolsa Família, sem o devido investimento em educação e saúde, por exemplo, pode fragilizar o país.

— Temos que despertar — alertou. Para o senador, a

diminuição das desigualdades requer mudança de costumes e valores para perceber a importância da educação como instrumento de abolição de “bolsas sociais”. Se nada for feito, disse, o país entrará na terceira geração de beneficiários do Bolsa Família, carentes de auxílio governamental para sobreviver.

## Homenagem ao ex-ministro Fernando Lyra

O ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, morto em fevereiro, aos 74 anos, será homenageado hoje em sessão solene do Congresso. Por iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF), serão comemorados os mais de 40 anos de vida pública do político pernambucano.

Um dos principais opositores ao regime militar na década de 60, Lyra foi deputado federal e articulador do nome de Tancredo Neves como candidato à Presidência em 1985, no Colégio Eleitoral, depois que a emenda para eleições diretas foi derrotada. Com a morte

de Tancredo, Lyra foi mantido como ministro da Justiça pelo então presidente José Sarney.

Cristovam destaca que Lyra foi ético e teve como meta principal a luta pela democracia, contribuindo para o multipartidarismo e o fim da censura.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

#### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão não deliberativa destina-se a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

#### CONGRESSO Fernando Lyra

11h Sessão solene comemora 40 anos de vida pública do ex-ministro da Justiça Fernando Lyra, no Plenário do Senado.

#### PRESIDÊNCIA Sessão solene

11h Renan Calheiros preside sessão solene do Congresso que comemora mais de 40 anos de vida pública do ex-ministro da Justiça Fernando Lyra.

#### CDH Tráfego de Pessoas

9h A Subcomissão Permanente do Tráfego de Pessoas debate o trabalho escravo e lança o Movimento Ação Integrada.

#### CI Logística

18h Debates sobre energia e desenvolvimento, no ciclo de palestras Investimento e Gestão: desatando o nó logístico.

TERÇA

#### CONGRESSO 190 anos

11h Sessão solene em comemoração aos 190 anos de instalação do Parlamento brasileiro.

#### CAS Correios

9h Audiência discute situação dos empregados anistiados dos Correios mediante conflito de greve.

#### CCT Telecomunicações

9h O presidente da Anatel, João Batista de Rezende, debate os 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações.

#### CAE Instrumentos importados

10h Dedução no IR de despesas com medicamentos para aposentados e isenção para instrumentos musicais importados.

#### CE Orientação vocacional

11h Projetos sobre destinação dos bens de valor cultural a museus e inclusão de orientação vocacional no ensino médio.

#### CMA Cana na Amazônia Legal

11h30 Projetos sobre climatização para eliminar riscos à saúde e sobre cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia Legal.

#### CRA Dívidas no Nordeste

14h30 Discussão do endividamento dos produtores rurais do Nordeste devido à seca e ao desabastecimento de água.

#### CÓDIGO COMERCIAL Anteprojeto

15h Instalação da comissão de juristas destinada a elaborar o anteprojeto do novo Código Comercial.

#### CAS Aposentadoria especial

9h Debate sobre aposentadoria especial na Previdência Social para profissional de coleta de lixo, de selecionador de lixo para reciclagem e varrição de vias públicas.

#### CDR Estatuto da Cidade

9h Votação de projeto que inclui no Estatuto da Cidade a diretriz de implantação de redes subterrâneas de serviços antes das obras de pavimentação.

#### CCJ Secretaria dos Povos Indígenas

10h Sabatina de Antonio Duarte e Alessandro Assad para o Conselho Nacional do Ministério Público. Depois, análise da criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

#### CE Graduados em Medicina

10h Audiência sobre prestação de serviço por graduados em Medicina em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

#### CAE/CI BNDES

10h Audiência conjunta com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para debater a política de investimentos, desenvolvimento e fomento do banco.

#### CDH “Feminicídio”

11h Audiência da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher sobre “feminicídio”, com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

#### CAS/CAE/CCJ Relatório da Anvisa

9h Audiência conjunta com o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano, apresenta relatório de 2011.

#### CRE Prioridades da Defesa

9h30 O ministro da Defesa, Celso Amorim, fala sobre as prioridades da pasta. Na segunda parte, documento sobre modificação do Regimento Interno do Senado.

#### LANCAMENTO Biblioteca Digital

11h Lançamento do novo portal da Biblioteca Digital, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

#### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:**

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvío Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão de Assuntos Econômicos tenta concluir votação da reforma do imposto amanhã, enquanto relator apresenta projeto de conversão na comissão mista da MP 599/2012

# Proposta transfere peso da cobrança do ICMS ao destino das mercadorias

COM A REFORMA que deve ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, o peso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é transferido para o destino dos produtos. No entanto, a redução das alíquotas interestaduais dos atuais 7% e 12% para 4%, que atinge mais de 90% das transações, não deverá afetar o consumidor final.

O ICMS tem duas alíquotas: uma interestadual, na origem dos produtos, e uma final, no destino. A reforma só abrange a alíquota da origem, que dá margem à guerra fiscal. Eventuais mudanças nas alíquotas finais dependem dos estados para fixá-las por leis próprias. Hoje, em cada estado, há alíquotas internas diferenciadas conforme categorias de produtos.

Um carro fabricado em São Paulo e vendido em Brasília, por exemplo, sai com alíquota interestadual de 7%, que é praticada hoje pelos estados do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo). O valor pago na origem entra como crédito no destino, e o comerciante pode abatê-lo do imposto a pagar, determinado pela alíquota final, de 17%. Já um carro fabricado em Goiás sai do estado com uma alíquota de 12%, a vigente nas Regiões Centro-Oeste, Norte



Colegiado presidido por Lindbergh (E) deve avaliar destaques apresentados ao PRS 1/2013, relatado por Delcídio (D)

e Nordeste, que é deduzida da alíquota final (17%).

O projeto enviado pelo Executivo no início do ano (PRS 1/2013) previa duas exceções para a alíquota interestadual unificada de 4%: os produtos da Zona Franca de Manaus e o gás importado, que manteriam os atuais 12%. O substitutivo que Delcídio do Amaral (PT-MS) apresentou na CAE incluiu uma terceira exceção: produtos industrializados, beneficiados e agropecuários que saem do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo para os demais estados teriam alíquota de 7%. A redução será gradual, de um ponto percentual por ano, começando em 2014.

Na avaliação de Delcídio,

a reforma traz previsão de ganhos para 16 estados e o Distrito Federal. Para os que perdem, a Medida Provisória 599/2012 criou o Fundo de Compensação de Receitas (FCR), com a previsão de auxílio financeiro da União no limite de R\$ 8 bilhões por ano.

## Fundo regional

Para substituir a utilização do ICMS pelos estados para atrair investidores, a MP instituiu o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que prevê investimentos de R\$ 296 bilhões até 2033: R\$ 74 bilhões sairão do Orçamento e R\$ 222 bilhões de instituições federais de crédito, como empréstimos para os estados.

Relator da MP, Walter Pinheiro (PT-BA) deverá apresentar à comissão mista da medida, também amanhã, um projeto de lei de conversão tornando obrigatória, por 20 anos, a compensação devida aos estados. O texto prevê que o projeto de lei orçamentária será enviado ao Congresso com dotação e subtítulo específicos para isso. Como a MP 599/2012 e o PRS 1/2013 são normas complementares, há negociação para compatibilizar os textos e sintonizá-los com o Projeto de Lei Complementar 238/2013, em tramitação na Câmara, que facilita a convalidação dos incentivos considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

## Lindbergh busca acordo para diminuir destaques na votação de projeto

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse acreditar que, por meio de entendimento político, será possível diminuir o número de destaques apresentados pelos senadores ao PRS 1/2013. Os 14 destaques devem ser analisados amanhã pelos parlamentares.

— Vamos ter reuniões com o relator, senador Delcídio do Amaral, e com representantes do Ministério da Fazenda para ver se é possível incorporar algumas sugestões a fim de construirmos uma negociação que elimine alguns desses destaques — afirmou.

O texto básico do PRS 1/2013 foi aprovado pela comissão em 24 de abril. A forma como se dará o mecanismo de compensação financeira aos estados está em aberto.

— Há os que defendem que a tramitação venha por MP e há quem defenda que seja por projeto de lei complementar, o que daria mais segurança aos fundos. Aí tem que haver uma decisão do colégio de líderes. Faremos uma série de reuniões sobre o assunto — explicou Lindbergh.

## Três comissões mistas votam amanhã relatórios sobre MPs

Três comissões mistas que analisam medidas provisórias se reúnem amanhã para votar os relatórios: são as MPs 599, 600 e 601, todas de 2012.

A MP 600/2012, que amplia a oferta de crédito e os investimentos em infraestrutura, é a única que já teve parecer do relator, o deputado Lucio Vieira Lima (PMDB-BA). Entre as alterações que propõe, está

a criação do Fundo de Investimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Fifap), permitindo a aplicação de recursos em projetos de infraestrutura com maior retorno econômico. A medida aumenta de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 10 bilhões os recursos destinados pela Caixa Econômica Federal para o financiamento de projetos de infraestrutura.

A MP 599/2012 institui o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para compensar estados e municípios das perdas de arrecadação pela redução das alíquotas do ICMS. No dia 30, a leitura do relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) foi obstruída pela bancada do DEM. A MP já recebeu 218 emendas.

A MP 601/2012 prorroga o

Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e desonera a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista. A MP já recebeu 124 emendas. No mês passado, o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), defendeu a renovação e a ampliação do Reintegra. Ele ressaltou que o programa

restitui 3% do faturamento com exportação de manufaturas para compensar a cobrança de tributos federais residuais que permanecem na cadeia produtiva e não são recuperáveis em função de entraves no sistema tributário. Para Armando, é fundamental renovar o Reintegra e ampliar o regime especial.

(Com Agência Câmara)

## Presidente da Anatel apresenta planos para o biênio 2013–2014



O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende (foto), participa amanhã, às 9h, de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) para discutir os 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações e a agenda para o setor no biênio 2013–2014.

Rezende deverá falar sobre a nova estrutura da Anatel. No ano passado, a agência deu início a uma reestruturação e traçou diretrizes relacionadas à qualidade nos serviços regulados.

De acordo com Zeze Perrella (PDT-MG), presidente da comissão e autor do requerimento para a realização da audiência, a qualidade dos serviços está entre as principais preocupações da sociedade, devido ao alto número de reclamações dos usuários.

## Endividamento de agricultores no Nordeste é tema de debate



O endividamento dos produtores rurais no Nordeste, agravado pela seca, será discutido em audiência pública amanhã, às 14h30, no Plenário 6 da Câmara dos Deputados. A iniciativa é da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abaste-

cimento e Desenvolvimento Rural da Câmara. Participam representantes de órgãos do governo e dirigentes de instituições oficiais de crédito, além de outros setores. No Senado, a audiência foi pedida por Benedito de Lira (PP-AL, foto), que preside a CRA, e Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Na Câmara, a iniciativa foi dos deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) e Luis Carlos Heinze (PP-RS).

## Instrumentos importados podem ficar isentos de impostos



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã projeto (PLS 86/2004) de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR, foto) que isenta do Imposto sobre Importação instrumentos musicais adquiridos por músicos profissionais registrados ou orquestras. O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS),

propôs que os instrumentos também tenham isenção de PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação. Ele incluiu ainda uma emenda para que a isenção só ocorra se não houver similares nacionais.

Na pauta, estão mais nove projetos, incluindo seis sobre deduções no Imposto de Renda. Um deles (PLS 604/2011) propõe uma segunda isenção na venda de imóveis residenciais quando o vendedor aplicar o dinheiro na compra de imóvel residencial novo.



Extração na camada pré-sal tem resultados incertos e seguirá novo regime, dizem senadores

Agência Petrobras

## Parcela de royalties para educação é questionada

Senadores alegam que projeto do governo sobre os recursos do petróleo pode não garantir verba suficiente para investimentos no ensino

A NOVA PROPOSTA do governo que destina royalties do petróleo para investimentos em educação (Projeto de Lei 5.500/2013) foi recebida com cautela por alguns senadores. A proposta refere-se a contratos fechados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob os regimes de concessão e de partilha de produção. A educação também receberá a metade dos recursos do retorno sobre o capital do Fundo Social do pré-sal (Lei 12.351/2010).

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), o projeto é insuficiente para promover uma revolução na educação. Ele é um dos autores do PLS 594/2011, que também destina recursos do petróleo para a educação.

— Eu me preocupo porque dizem que é 100%, mas na verdade é 100% de uma parcela pequena dos recursos, aqueles que vão para a União e recursos do que se chama concessão, que é a parte menor. Então não vão ser nem 20% — disse o senador.

Assinado pelos ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e de Minas e Energia, Edison Lobão, o projeto do governo substitui a MP 592/2012, que perde a validade dia 12.

### Verba incerta

O governo argumenta que os recursos do pré-sal são necessários para projetos e programas previstos no Plano Nacional de Educação (PNE), em análise no Senado. Mas Cristovam observa que a verba é incerta e deveria ser utilizada como complemento para cumprir as metas do PNE.

— Estamos achando que o pré-sal vai resolver todos os problemas do Brasil, mas não

vai. Precisamos reservar agora no Orçamento da União os recursos para pagar bem aos professores, construir boas escolas e implantar horário integral — disse o senador.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), apontou uma “mistificação” no apelo da presidente Dilma Rousseff pela aprovação do projeto. Ele observou que a maior parte do pré-sal vai obedecer a um novo regime jurídico — a partilha —, caso o governo consiga fazer as futuras licitações.

Se Dilma quer favorecer a educação, disse Aloysio, deveria defender o PLS 268/2008, que destina recursos futuros do petróleo a um fundo para educação básica e inovação.

— O grosso desses recursos vai começar realmente a ser extraído em 2020. E, a essa altura, a parte que diz respeito aos contratos de concessão, que é a parte destinada à educação, não vai ser mais do que 2% do conjunto — afirmou.

## Comissão decide sobre orientação vocacional

A Comissão de Educação (CE) vai analisar amanhã projeto que inclui a orientação vocacional no currículo do ensino médio. A proposta, de Cyro Miranda (PSDB-GO, foto), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ele espera que a medida reduza as escolhas equivocadas.

No relatório, Alvaro Dias (PSDB-PR) apresenta emenda para que a orientação vocacional seja incluída não apenas no ensino médio, mas também no último ano do ensino fundamental.

Também está na pauta da comissão o PLS 124/2007, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), sobre desconto a universitários que têm contratos com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Pela proposta, terá direito ao desconto quem já pagou pelo menos 75% da dívida sem atraso. O beneficiado poderá escolher entre um abatimento de até 25% ou um bônus de adimplência de 5% nas próximas parcelas.



Pedro Simon/Agência Senado

O texto, que altera a Lei 10.260/2001, conta com relatório favorável de Pedro Simon (PMDB-RS).

Tanto o projeto de Cyro Miranda como o de Lúcia Vânia serão analisados na CE em votação final. Por isso, se forem aprovados, poderão ser enviados diretamente à Câmara dos Deputados sem ter de passar pelo Plenário do Senado, a não ser que haja recurso de senadores solicitando a medida.

## Especialistas debatem hoje petróleo e gás

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove hoje o quinto painel do ciclo de debates sobre energia e desenvolvimento, proposto pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL). O tema é petróleo



Márcio Kallume/Agência Senado

e gás. O ciclo integra o programa de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, planejado pela CI para o biênio 2013-2014.

Foram convidados para o debate Ildo Sauer, diretor do Instituto de

Energia e Ambiente da USP; Adilson de Oliveira, professor do Instituto de Economia da UFRJ; Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética; e Eduardo Autran de Almeida Junior, gerente-executivo da área de Abastecimento e Logística da Petrobras.

## Empresas da Zona Franca de Manaus podem receber selo verde

As empresas da Zona Franca de Manaus que oferecem produtos ambientalmente adequados, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, poderão receber o Selo Verde Preservação da Amazônia. É o que prevê o projeto (PLS 185/2011), que a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) deve analisar amanhã.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considera produtos ambientalmente adequados os que cumprem, nas etapas de produção, transporte e comercialização, os preceitos éticos e normativos da

proteção ambiental. O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), é favorável ao projeto, que será analisado em decisão terminativa.

A CMA vai apreciar também o PLS 626/2011, que trata das autoridades públicas o do cultivo sustentável da cana-de-açúcar na Amazônia Legal (veja abaixo), e o PLC 70/2012, sobre regras para manutenção de equipamentos de ar-condicionado, ambos em caráter terminativo. Também em pauta na CMA está o PLS 426/2011, que institui a contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a fabricação de biocosmético da região amazônica (Cide-Biocosméticos). Se aprovado, seguirá para a CAE.

## Cultivo da cana-de-açúcar deve ser expandido para a Amazônia

A expansão do plantio de cana-de-açúcar para áreas desmatadas e de cerrado e campos gerais na Amazônia Legal vai a votação final amanhã, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Se aprovada, a proposta (PLS 626/2011), de Flexa Ribeiro (PSDB-PA, foto), segue para a Câmara, a não ser que surja recurso para votação pelo Plenário.



Pedro Franco/Agência Senado

O texto visa estimular produção e comercialização nacional e internacional de biocombustíveis à base de cana-de-açúcar. Flexa ressalta que o cultivo deverá ser sustentável, respeitando a conservação do meio ambiente

e da biodiversidade, o trabalhador, a livre concorrência, a segurança alimentar e a função social da propriedade, além do novo Código Florestal e do zoneamento agroecológico.

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), lembrou que estudo revelou a necessidade de 6,7 milhões de hectares de terras adicionais, em relação a 2008, para atendimento das demandas de etanol e açúcar até 2017. Como há 64 milhões de hectares no país hoje ocupados com pecuária de baixa produtividade, a produção de cana poderia ser ampliada sem desmatamento, afirma Gurgacz.

## Senadores analisam logística reversa para carros fora de uso

Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes poderão ficar obrigados a implementar sistemas para recolher automóveis, de transporte de carga ou de passageiros, após o uso pelo consumidor. É a chamada logística reversa. O objetivo é a reciclagem ou a destinação ambientalmente adequada dos componentes.



Moisés Mariz/Agência Senado

A determinação está inserida em projeto de lei do Senado (PLS 67/2013) que estava previsto para votação terminativa na CMA. No entanto, os senadores Armando Monteiro (PTB-PE) e Anibal Diniz (PT-AC) encaminharam

à Secretaria-Geral da Mesa requerimentos para que o texto seja analisado também pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O autor do projeto, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB, foto), diz que a logística reversa é utilizada nos Estados Unidos, no Japão e na Europa, onde o reaproveitamento dos carros chegaria a 95%. Já no Brasil, argumenta, apesar de ótimos indicadores de reciclagem em papel, alumínio e vidro, apenas 1,5% da frota que sai de circulação é reciclada.